



**Centro Universitário de Brasília
Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento - ICPD**

ANDERSON MONTEIRO FERNANDES

**ANÁLISE DA DINÂMICA DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL, LOCALIZADO
NO SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES.**

Brasília
2016

ANDERSON MONTEIRO FERNANDES

**ANÁLISE DA DINÂMICA DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL, LOCALIZADO
NO SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES.**

Trabalho apresentado ao Centro Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD) como pré-requisito para obtenção de Certificado de Conclusão de Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Análise Ambiental e Desenvolvimento Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dra. Joana d'Arc Bicalho Félix.

Brasília
2016

ANDERSON MONTEIRO FERNANDES

**ANÁLISE DA DINÂMICA DE RESPONSABILIDADE
SOCIOAMBIENTAL EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL, SITUADO NO
SETOR HABITACIONAL VICENTE PIRES.**

Trabalho apresentado ao Centro
Universitário de Brasília (UniCEUB/ICPD)
como pré-requisito para a obtenção de
Certificado de Conclusão de Curso de
Pós-graduação *Lato Sensu* em Análise
Ambiental e Desenvolvimento
Sustentável.

Orientadora: Prof.^a Dra. Joana d’Arc
Bicalho Félix.

Brasília, ____ de _____ de 2016.

Banca Examinadora

Prof.^a Dra. Joana d’Arc Bicalho Félix

Prof. Dr. Gilson Ciarallo

Prof. Dr. Cláudio Tadeu Cardoso Fernandes

DEDICATÓRIA

**Gostaria de dedicar este trabalho aos agentes da
causa socioambiental. Espero que tenha serventia.**

AGRADECIMENTO(S)

Agradeço aos professores Joana e Gilson pelos ensinamentos que obtive através de suas orientações para este trabalho. Sinto-me bastante enriquecido por isto.

Agradeço também à minha família por colaborarem com sua paciência e companhia.

E agradeço sempre a Deus por ser o criador e inspirador de nossa vida.

RESUMO

O tema “responsabilidade socioambiental” é amplamente abordado no meio acadêmico e em estudos de forma geral, por ser um fundamento do ideal de uma sociedade harmônica, sustentável. Para tanto, tem-se buscado o consumo consciente e globalmente responsável. Este trabalho propõe-se a analisar o comportamento e os hábitos de consumo dos condôminos, colaboradores e visitantes num determinado condomínio residencial horizontal. Algumas ações já praticadas por este grupo foram mapeadas e confrontadas com determinados indicadores socioambientais. Para o levantamento dos dados, foi utilizada a técnica do questionário aberto e abordagem individual. Dos resultados, conclui-se que há carência de informações sobre a conscientização socioambiental por considerável parcela dos moradores deste condomínio. Em contrapartida, os mesmos demonstraram preocupação e interesse em aprimorar a cultura de melhor convivência.

Palavras-chave: Responsabilidade socioambiental. Indicadores socioambientais. Condomínio residencial horizontal.

ABSTRACT

The theme "social-environmental responsibility" is widely discussed in academic circles and in general studies, for being an ideal foundation of a harmonious, sustainable society. Therefore, it has been sought globally conscious and responsible consumption. This work proposes to analyze the behavior and consumption habits of residents, employees and visitors in an specific residential horizontal condominium. Some actions already practiced by this group were mapped and compared with certain social-environmental indicators. To gather data, the technique of the open questionnaire and individual approach was used. From the results, it is concluded that there is a lack of information on social-environmental awareness for a considerable portion of the residents of the condominium. On the other hand, they have shown concern and interest in improving the culture of best acquaintanceship.

Key words: Social-environmental responsibility. Social-environmental indicators. Residential horizontal condominium.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 09 |
| 1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL | 13 |
| 1.1 Ações de responsabilidade socioambientais e não governamentais | 15 |
| 1.2 Consumo consciente e responsabilidade socioambiental | 19 |
| 2 INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS | 22 |
| 3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL | 29 |
| 4 ESTUDO DE CASO SOBRE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL NO VICENTE PIRES, RESULTADOS E ANÁLISES | 33 |
| CONCLUSÃO | 44 |
| REFERÊNCIAS | 47 |
| APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO EM PESQUISA DE CAMPO | XX |

INTRODUÇÃO

O consumo e a produção de resíduos sólidos, líquidos e gasosos de maneira desenfreada na sociedade se torna, cada vez mais, um problema para a manutenção da qualidade de vida. Além da preocupação ambiental, quanto à natureza irracional, é notável também a ocorrência de perda de qualidade de vida para o ser humano em vários aspectos, inclusive os que estão relacionados à saúde física e mental do cidadão.

Percebe-se que a quantidade de ações e relações exercidas por um cidadão residente num grande centro urbano tende a ser bastante intensa, dando uma impressão de um dia mais curto, insuficiente para gerir essas relações. Além das avançadas tecnologias que a sociedade desenvolve a cada dia, e que facilitam uma postura individualista, consumista e de ritmo acelerado em nossas relações sociais e econômicas.

Em alguns casos, os aspectos sociais têm sido deixados de lado e se prioriza a questão econômica, sendo esta uma forte característica de nossa sociedade urbana atual. Félix (2009, p. 3) menciona que “o crescimento urbano desordenado provoca crise dos sistemas sociais, pressiona os ecossistemas e encarece a gestão governamental, inviabilizando cada vez mais as possibilidades de recuperação e preservação ambientais.” Os hábitos de consumo, sem limites para satisfação, contribuem para que a utilização dos recursos naturais seja além da capacidade de regeneração da Terra.

Ciente de que a perda de qualidade ambiental pode trazer males à saúde, neste trabalho se propõe fazer uma análise das ações ou relações de responsabilidade socioambiental em específica área condominial. Tendo como

objetivo geral: analisar o contexto de realidade e responsabilidade socioambiental em áreas residenciais e suas relações, estudando o caso do condomínio Floresta situado na Rua 03 chácara 44 no Setor Habitacional Vicente Pires. E como objetivos específicos: observar e analisar o nível de conhecimento e consciência socioambiental de moradores e funcionários, assim como listar as ações de responsabilidade socioambiental desenvolvidas neste espaço residencial e compreender os princípios e indicadores de responsabilidade socioambiental.

No decorrer deste trabalho, os procedimentos tomados partem de um levantamento bibliográfico e dados coletados através de questionário confeccionado. Foram ao todo 116 entrevistas com os moradores. Há a preocupação de se seguir um norte aproximado das principais indagações a respeito deste tema, buscando adequar a pesquisa e embasamento bibliográfico à realidade e dinâmica ocorrida no local do estudo de caso proposto.

Pretende-se avaliar o conhecimento sobre as questões de responsabilidade socioambiental e, a partir dos dados levantados, analisar sugestões de ações e estímulos, com orientação técnica e científica, para que moradores e frequentadores possam usufruir de uma boa prática de responsabilidade socioambiental neste meio, sendo o local de morada e convívio do autor.

A responsabilidade socioambiental é observada como uma prática mais recente. Algumas medidas ou discussões passaram a ocorrer, principalmente, a partir de meados da década de 1970 com as primeiras convenções internacionais sobre o meio ambiente e clima organizadas pela ONU.

É crescente a necessidade de adequação das prioridades e interesses da sociedade. Para que se possa manter uma realidade próxima a parâmetros

aceitáveis para uma boa qualidade de vida, seja para as presentes e/ou futuras gerações.

No ponto de vista social, este trabalho preza contribuir para um melhor conhecimento das relações de responsabilidade socioambientais no local analisado, podendo ser aproveitado para percepções em outras localidades.

Na visão acadêmica, é uma forma de se procurar entender como a comunidade da área analisada reage em relação às discussões e conceitos relativos à responsabilidade socioambiental.

Já do ponto de vista pessoal, constitui-se oportunidade de se analisar esta área residencial, por ser o local de morada do autor. Sendo um estudante da área ambiental, procura conhecer ou contribuir com o desenvolvimento de estudos e análises do meio ambiente, partindo do seu próprio espaço de vivência. Oportunizando a análise da produção, coleta e destinação de resíduos sólidos.

O presente trabalho está estruturado em cinco capítulos.

No primeiro capítulo, apresenta-se uma leitura sobre os conceitos, princípios e fundamentos da responsabilidade socioambiental; o segundo capítulo faz a análise de alguns indicadores socioambientais; no terceiro capítulo, elucida-se à respeito das práticas e influências exercidas pelos conceitos de Educação Ambiental; o quarto capítulo trata da análise de um estudo de caso em área residencial onde se avalia as práticas da responsabilidade socioambiental, dentre outros fatores; no quinto e último capítulo conclui-se os aspectos observados no momento da pesquisa apresentando o que foi atingido em relação aos objetivos do trabalho.

1 CONCEITOS E PRINCÍPIOS DE RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ao se tratar de gestão e responsabilidade socioambiental, a preocupação com o meio e o convívio social em determinado espaço costuma ser uma prática. Este espaço de ação social é analisado de vários prismas. Segundo Bollmann (2001, p. 15) a ação antrópica sobre o meio ambiente:

Trata-se de uma relação complexa, originada por demandas individuais e coletivas, que se fundamentam em aspectos psicológicos, culturais e sociais, e cujos reflexos são observados no modo como são explorados os elementos da matriz de recursos naturais disponíveis.

Nas relações complexas do homem com o meio, a prática da responsabilidade socioambiental é urgente e preza por princípios que norteiam as ações na sociedade. Princípios éticos e de valores socioambientais que cabem aos agentes como: empresas, governos, organizações civis, dentre outros.

Uma das avaliações sociais que costumam ser feitas é quanto ao papel das empresas em relação às contribuições para a comunidade local ou até mesmo global, pois, no sistema em que vivemos, não cabe zelar apenas pelos aspectos comerciais e financeiros e ter em vista unicamente o lucro, sem se ater às questões sociais. Ao considerar os aspectos sociais, a empresa pode ter sua imagem valorizada. Seguem como exemplo de público das empresas ou stakeholders: acionistas, fornecedores, consumidores, comunidade, funcionários, entre outros. E as relações entre os mesmos devem manter um nível respeitável de consideração e responsabilidades, divididas entre todos os agentes e stakeholders do processo de produção e consumo, para que se estabeleçam modelos aceitáveis de responsabilidade social e ambiental.

As empresas podem assumir um papel de importância no desenvolvimento do país, quanto a questões econômicas, geração de empregos e pagamentos de

impostos e também no desenvolvimento social e cuidados ao meio ambiente. Sendo assim pode-se perceber realmente a influência que exerce uma empresa desde a pequena até a de grande porte, nas relações da comunidade local ou global, dependendo da empresa.

Frequentemente os autores das obras relacionadas ao tema de responsabilidade socioambiental afirmam a necessidade das empresas se adequarem a essas exigências do mercado, pois não se pode mais dissociar as responsabilidades sociais e ambientais das responsabilidades das empresas. Não cabem às empresas apenas as necessidades ou preocupações econômicas e financeiras. Para isso, não se diz que a empresa deve abrir mão de seu lucro crescente, mas sim que deve aliar este interesse às necessidades e aspirações das comunidades em que esta interfere ou se relaciona, seja através de seus funcionários ou de seus clientes. O lucro não deve ser o único foco.

A ação de responsabilidade social passa pela necessidade de se estabelecer uma opinião pública favorável, sustentável e muitas das vezes comunitária. Seguindo esta linha de raciocínio, Santos (2005, p. 65) menciona que “a formação de opinião pública sobre determinado tema favorece a definição mais precisa de qual é o interesse público em jogo e quais são as possibilidades em termos de tomada de decisão e definições políticas.”

O conceito de responsabilidade socioambiental é carregado de boas intenções, humanismo e pensamentos para o bem coletivo. Seguem na contramão de alguns aspectos perceptíveis nas sociedades urbanas contemporâneas, principalmente as de grandes centros urbanos, tais como práticas individualistas, egoístas e elitistas. Reforçando esta ideia Santos (2005, p. 66) acrescenta que:

Os problemas socioambientais ou decorrentes do uso dos recursos naturais pelos grupos humanos e suas instituições vêm assumindo importância cada vez maior no debate público, passando a demandar a existência de espaços próprios de discussão e deliberação. Dessa forma, problemas oriundos do “mundo da vida” de populações tradicionais, ribeirinhos, indígenas, pescadores, extrativistas e mesmo de populações urbanas das grandes cidades ganham publicidade e passam a influenciar opiniões, vontades e propostas dos agentes envolvidos ou implicados.

Para se conseguir avanços, realmente consideráveis, deve-se o quanto antes partir para ações mais efetivas quanto ao bem social e ambiental, do que apenas se escrever leis, proferir discursos ou ações que não percorram as bases conceituais de como agir em coletivo e para o bem social. É necessário que haja uma aproximação das instituições governamentais com as empresas, aumentando a fiscalização e conscientizando o empresário, mas também funcionários e consumidores, de que se deve virar o jogo em relação aos impactos e a preservação de nosso meio. Para isso são necessárias mais ações, mais fiscalização e meios de se atingir as metas do desenvolvimento sustentável, com ações de responsabilidade socioambiental.

1.1 Ações de responsabilidade socioambientais governamentais e não governamentais

Para agir com responsabilidade socioambiental, transparência e coerência também devem fazer parte do bojo de princípios necessários para boas práticas e relações entre empresas, governos, públicos alvos, stakeholders e agentes da sociedade de modo geral. Quanto maior transparência e coerência, maior aceitação a empresa e o governo terão por parte da sociedade.

A respeito das medidas do governo brasileiro, Duarte e Torres (2005, p. 18) citam que:

o governo brasileiro vem estabelecendo parcerias entre o Estado e a sociedade civil. Como consequência disso, as relações entre os setores público e empresarial e a sociedade estão cada vez mais fluidas, e as organizações não-governamentais (ONGs) participando efetivamente na gestão e na execução das políticas sociais. É com base nessas mudanças

que começa a ganhar forma o que seria conhecido como os “três setores sociais”, ou “esquema trinário”: o primeiro setor, representado pelo governo e seus recursos e fins públicos; o segundo setor, pelo setor privado e seus recursos e fins privados; e, por último, o terceiro setor, pelas organizações da sociedade civil, cada vez mais ativas na busca do atendimento das demandas sociais.

Sobre o tema de responsabilidade social e ambiental, o Estado não seria o único responsável, cabendo assim buscar aliar cada vez mais as forças participativas dessas três esferas (empresarial, governamental e sociedade civil). Enfim, são todos membros da sociedade e há o interesse comum quanto às demandas sociais, que envolvem também as demandas comerciais e econômicas. Sendo assim, ética, transparência, coerência, dentre outras ações de marketing ou corporativistas que possam somar a essas intenções, são fundamentais para uma boa gestão e planejamento social, econômico e ambiental. Lembrando que se trata de uma sociedade de indivíduos com imensa diversidade, mas que possuem princípios e interesses comuns.

Daí a importância de se esclarecer e transparecer os conceitos de responsabilidade social, para que não ocorram confusões ou aproximações com temas distintos. Alguns empresários tratam a responsabilidade social como ações de doações de materiais, de dinheiro, dentre outros. Esta ação se aproxima mais de uma filantropia que segundo Silva (2001 apud DUARTE; TORRES, 2005) significa “amizade para com outro homem”. E segundo Duarte e Torres (2005 p. 23) o senso comum considera filantropia como:

o que designa ajuda e possui um caráter assistencialista. A ação filantrópica é uma ação social externa à empresa, tendo como beneficiário a comunidade. Além disso, ela acaba tornando-se um paliativo para a grave conjuntura social, pois não busca a continuidade das ações e se concentra em ações esporádicas, como, por exemplo, a campanha do agasalho no inverno e a arrecadação de brinquedos na época do Natal.

Entre filantropia e responsabilidade social e, no caso, a socioambiental, existe uma distância conceitual considerável, que abrange muito mais do que simples doações financeiras ou materiais. Duarte e Torres (2005, p. 23) citam

Grajew (1999) que acredita que responsabilidade social trata-se de uma relação ética, de uma “relação socialmente responsável da empresa em todas as suas ações, em todas as suas políticas, em todas as suas práticas, em todas as suas relações”, sejam com um foco externo ou interno.

Ao agir com responsabilidade social é necessário haver um envolvimento e comprometimento, respeitando um prazo previamente planejado. Algo relacionado a ações de forma estratégica. Metas são traçadas para atender às necessidades sociais, garantindo um retorno ao investidor, assim como a satisfação e o bem-estar da comunidade ou, sendo empresa, de seus funcionários e familiares. Quanto ao bem-estar socioambiental, é necessário reforçar a atenção aos aspectos ambientais relacionados com os sociais, propiciando uma permanente qualidade de vida e relacionamento aos envolvidos no meio analisado. Por isso se considera, cada vez mais, a questão social e ambiental como aspectos relacionados e aproximados, pois um complementaria e permitiria a ocorrência do outro. É crescente a preocupação e tomada de medidas para um melhoramento de ações socioambientais em nossa sociedade, tendo em vista que a manutenção da qualidade de vida (atmosfera e hidrosfera) está diretamente ligada a um bom cuidado com o meio ambiente, e incluso neste, o ser humano. Segundo Duarte e Torres (2005 p. 24) de que adianta ser uma empresa que ocupa o topo do ranking do seu negócio, possuir um excelente maquinário e tecnologia e não contar com uma sociedade com as mesmas perspectivas?

Quanto às características sociais deve-se levar em conta toda a diversidade étnica, religiosa e cultural dos envolvidos e essa seria uma condição passível de ser explorada pelo empresariado, a ponto de aperfeiçoar as relações e diversificar as ações e contribuições para com a sociedade. Este pensamento está em

concomitância com o conceito de desenvolvimento de uma sociedade de maneira sustentável, respeitando suas diversidades e riquezas naturais, físicas e culturais.

O respeito a temas como os direitos humanos e suas diversidades é fundamental, quando se consideram a responsabilidade que cabe à empresa, ao governo e aos agentes da sociedade. A participação e influência que essas organizações e agentes têm nas relações sociais são evidentes e consideráveis, quanto à geração de emprego, fornecimento de melhorias e bens sociais como: saúde e educação. Portanto tais contribuições devem ser feitas com base em critérios sérios, com auxílio técnico e de responsabilidade socioeconômica e também ambiental, por estes estarem envolvidos e relacionados. É o que se considera uma ação responsável de fato, que valoriza tais temas e os põem em prática. E não levam apenas para o lado do discurso, como algumas empresas e governos por vezes costumam fazer. As empresas, ao seguirem tais princípios, tendem a serem melhores aceitas no mercado e terem sua visibilidade melhorada, frente a outras que não valorizam essas ações. A responsabilidade socioambiental é uma oportunidade das empresas e organizações civis e governamentais cumprirem com sua função social e ambiental para nossa sociedade.

De acordo com Saraiva (2002 apud DUARTE; TORRES, 2005, p. 25) a responsabilidade social está para as empresas de maneira que estas:

Assumem o compromisso de negar a concepção individualista e lucro como únicos fins da empresa, atribuindo a sua função social através de dez princípios: respeitos éticos, funções sociais, serviço à comunidade, lucro como remuneração, exigências legais, contribuição efetiva, respeito aos colaboradores, produtividade para todos, condições motivadoras e abertura ao diálogo.

Alguns pontos se destacam como o respeito mútuo, os valores sociais e humanos, distribuição ou participação nos ganhos, dentre outros que favorecem o bem coletivo e não apenas conceitos e princípios individualistas. A responsabilidade

socioambiental compete a todos e para todos, favorecendo a qualidade de vida para a sociedade de modo geral e de maneira harmônica.

No Brasil o movimento de responsabilidade social nas empresas tem crescido a partir de duas ou três décadas anteriores. Surgem institutos e organizações empresariais, voltados para esta temática, sendo alguns de cunho regulamentador. Vale citar o Instituto Ethos de Responsabilidade Social que busca promover “a responsabilidade social empresarial, ajudando as empresas a incorporar o conceito, implementar políticas e práticas voltadas para seus negócios e atuar em parceria com a comunidade na qual estão inseridas.” (DUARTE; TORRES, 2005, p. 25-26)

1.2 Consumo consciente e responsabilidade socioambiental

Nota-se a passagem por um período de estruturação das empresas e práticas voltadas para as demandas do mercado e estas demandas exigem cada vez mais ações de responsabilidade socioambiental. O consumidor é um dos principais responsáveis por estas demandas, num momento em que se percebe um consumidor preocupado com questões socioambientais, um “consumidor verde e ecologicamente correto”, segundo Tachizawa e Andrade (2008, p. 1). Este é um momento em que o consumidor consciente pode, com seu poder de escolha e consumo, contribuir para determinar as tendências, práticas do mercado e exigir cada vez mais ações que comunguem com os princípios e ideais de responsabilidade socioambiental. A respeito disso Tachizawa e Andrade (2008, p. 19) dizem que:

A expansão da consciência coletiva com relação ao meio ambiente e a complexidade das atuais demandas ambientais que a sociedade repassa às

organizações induzem um novo posicionamento por parte das organizações diante de tais questões.

A necessidade dos consumidores de se preocuparem com as questões socioambientais tem forçado uma adaptação do mercado em todas as partes do mundo. Num mercado globalizado, quem não segue as tendências, se vê cada vez mais isolado e corre o risco de falir ou deixar de existir. É perceptível o poder que os consumidores têm em mãos e como podem rechaçar práticas e pensamentos de interesses individualistas que, segundo tendências atuais, não são mais apropriados. Cabe a utilização deste poder de barganha, para pretensões de âmbitos sociais e ambientais da comunidade local ou a própria comunidade global. As empresas que corresponderem a estes anseios e tendências primeiro, possuem grandes chances de liderarem esta corrida.

Nesse contexto, Tachizawa e Andrade (2008, p. 2) acreditam ser um contexto que “se caracteriza por uma rígida postura dos clientes voltada à expectativa de interagir com organizações que sejam éticas, que tenham boa imagem institucional no mercado e que atuem de forma socioambientalmente responsável.”

Como uma forma de regulamentar ou de, ao menos padronizar estas ações, surgem alguns órgãos ou instituições que lançam os chamados selos verdes de parâmetro socioambiental. Estas certificações surgiram há alguns anos nos Estados Unidos. Vale frisar que a responsabilidade socioambiental não seria meramente publicar balanços sociais para assegurar a transparência das ações da empresa ou do organismo. Segundo o Instituto Ethos este seria apenas um subconjunto da responsabilidade social. “O instituto Ethos de Responsabilidade Social sugere um padrão de balanço social, que explicita os impactos da atividade da empresa na

sociedade e evidencie o relacionamento com os seus diferentes públicos.”
Tachizawa e Andrade (2008, p. 4)

No entendimento das questões ambientais, com base nos ideais do desenvolvimento sustentável, a Comissão Mundial do Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland) lança uma carta com 16 princípios sobre a gestão socioambiental aliada a um desenvolvimento sustentável. No entendimento de Tachizawa e Andrade (2008, p. 61) a Carta Empresarial reforça a ideia que:

“As organizações necessitam partilhar do entendimento de que deve existir um objetivo comum, e não um conflito, entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental, tanto para o momento presente como para as gerações futuras.”

O desenvolvimento sustentável parte de um princípio que não é contrário à necessidade de se desenvolver a economia e as relações, mas preza para que isso ocorra de maneira a se manterem condições agradáveis e sustentáveis em nosso meio e para a continuidade das relações com qualidade apropriada. As empresas e organizações, governamentais ou não, tem papel importantíssimo quanto à aplicação desses princípios. Também fazem parte de uma gestão socioambiental alguns outros princípios ou fatores como: prioridade na organização, que seria o caso das empresas priorizarem os conceitos e princípios da responsabilidade socioambiental, assim como uma gestão integrada, que faria a integração de toda a empresa a essas políticas, programas e procedimentos de cunho socioambiental. Além do processo de aperfeiçoamento contínuo dessas políticas, programas e o planejamento em si, levando em conta o desenvolvimento técnico e o conhecimento científico, dentre outros.

2 INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS

O estabelecimento de indicadores socioambientais serve para atender uma demanda crescente na organização social, assim como Tachizawa e Andrade (2008, p. 1), mencionam que “nota-se que a crescente tendência do exercício da responsabilidade social corporativa por parte das organizações deve continuar de forma permanente e definitiva.”

Os estudos e desenvolvimento de questões relacionadas à responsabilidade socioambiental são considerados em diversas áreas de nosso meio social, inclusive no ramo empresarial. Havendo a necessidade de uma empresa mais sustentável, já que o consumidor está mais exigente quanto às questões socioambientais. Nesse contexto Tachizawa e Andrade (2008, p. 1) citam que “a empresa verde passou a ser sinônimo de bons negócios e, no futuro, será a principal forma de empreender negócios de forma duradoura e lucrativa.” Ou seja, o interesse por produtos ou serviços sustentáveis tende a aumentar e nesse plano permanecerão as empresas ou gestores preocupados em atender melhor a esta demanda.

Os indicadores socioambientais servem como mecanismos ou instrumentos de avaliação de como a empresa ou organização têm levado em consideração as questões socioambientais. Através destes se pode fazer a leitura do nível de comprometimento da empresa e demais. A respeito dos indicadores Tenório (2006, p. 37) diz que:

Além de auxiliar a administração, os indicadores possibilitam a comunicação transparente da organização com seus diversos agentes. Dessa forma, as corporações reforçam seu compromisso com a ética nos negócios e com a melhoria da qualidade de vida da sociedade. Atualmente, os indicadores de responsabilidade social corporativa mais utilizados pelas empresas são: o balanço social, a demonstração do valor adicionado e as certificações de responsabilidade social.

A preocupação com os aspectos sociais e ambientais faz surgirem tais indicadores. No caso do balanço social, segundo Tenório (2006, p.37) este surge com a “crescente demanda, por parte da sociedade, de informações a respeito dos impactos que as atividades empresariais exercem sobre os trabalhadores, a sociedade, a comunidade e o meio ambiente.” Parte da sociedade um interesse que exerce, de certa maneira, uma pressão sobre as empresas quanto à responsabilidade socioambiental, que converge na padronização de indicadores que seguem sendo aplicados na gestão de grandes corporações. Esta é uma tendência global e segue como apelo de interesse coletivo, socioeconômico e de cunho humanitário.

Segundo Ribeiro e Lisboa (1999, p. 19 apud TENÓRIO, 2006, p. 37), o balanço social:

É um instrumento de informação da empresa para a sociedade, por meio do qual a justificativa para sua existência deve ser explicitada. Em síntese, esta justificativa deve provar que o seu custo-benefício é positivo, porque agrega valor à economia e à sociedade, porque respeita os direitos humanos de seus colaboradores e, ainda, porque desenvolve todo o seu processo operacional sem agredir o meio ambiente.

Outros autores ainda citam este indicador, assim como Kroetz (2000, p. 78 apud TENÓRIO, 2006 p. 38) que identifica quatro fases para a implementação do balanço social, seriam estas: em primeiro, a fase política, que compete ao momento da tomada de consciência e decisão da empresa da necessidade de se aplicar tais conceitos e a venda desses ideais aos colaboradores da empresa. Em segundo, a fase operacional, momento de se colocar em prática, de maneira a se viabilizar a coleta, o tratamento e a geração de informações. Em terceiro, a fase de gestão, onde se adicionam os objetivos sociais e ecológicos aos objetivos econômicos, durante a qual o balanço social passa de simples instrumento de informação para instrumento de apoio à gestão. E em quarto, a fase de avaliação, onde se reavalia

todos os procedimentos, informações, implementações e resultados, oriundos da análise do balanço social, sendo assim uma retroalimentação do sistema.

Como se pode perceber, o balanço social como indicador, traz maior transparência quanto à identificação do grau de comprometimento socioambiental da empresa, com os colaboradores e comunidade. Além de evidenciar as contribuições para uma melhor qualidade de vida da sociedade, por parte da empresa e serve também de uma avaliação administrativa, não somente baseada em critérios financeiros, mas através de resultados que explicitam valores socioambientais. Tenório (2006, p. 39) relata que em 1997 as deputadas Marta Suplicy, Maria da Conceição Tavares e Sandra Starling elaboraram o projeto de lei nº 3.116, com o objetivo de tornar obrigatório o balanço social elaborado por empresas que apresentem mais de 100 empregados, mas ainda não havia sido votado até aquele momento.

Outro indicador social seria a demonstração do valor adicionado (DVA) que Tenório (2006, p. 40) diz ser “um relatório que permite identificar quanto de valor uma empresa agrega à sociedade e de que forma ele é repartido entre os agentes.” Este se torna mais um instrumento de transparência da empresa para a comunidade, claro, com a devida pressão e interesse da sociedade sobre o assunto de responsabilidade social. Para Ribeiro e Lisboa (1999, p. 18 apud TENÓRIO, 2006, p. 40) o DVA reflete:

Quem são os beneficiados com o desempenho da empresa, como: empregados, governo, terceiros, acionistas, os quais estão representados pela remuneração de pessoal e encargos sociais; impostos sobre vendas, produção de serviços, taxas e contribuições, juros sobre capital de terceiros e próprio, dividendos, aluguéis de móveis e imóveis e, por fim, retenções a título de reinvestimento na organização.

E Martins (1997 apud TENÓRIO, 2006, p. 40) define de maneira mais ampla:

A DVA é uma explanação de como a empresa criou riqueza e como a distribuiu entre fornecedores de capital, recursos humanos e governo. Vê-

se, então, a parte da riqueza criada que cabe aos primeiros na forma de financiadores (via juros e aluguéis), de sócios (via dividendos e lucros retidos) e de detentores de tecnologia (via royalties); aos recursos humanos via seus salários, gratificações, honorários, participações nos resultados etc.; e, finalmente, ao governo via impostos, diretos e indiretos.

Assim ficaria evidente, ou não, quanto de valor socioambiental a empresa ou organização emprega em suas ações e como estaria repartindo ou contribuindo para o estabelecimento de uma boa qualidade de vida para os envolvidos (funcionários, colaboradores, comunidade, etc.). A demonstração do valor adicionado segue também como um importante indicador social que permite que a sociedade tenha mais acesso às ações da empresa, em âmbito local, regional ou global. Cabe agregar o valor ambiental, atrelado a um valor social, em vista que o meio ambiente carece de cuidados e atenção para se propiciar uma qualidade de vida às gerações presentes e futuras. E este indicador seria a maneira de se explicitar a distribuição dos ganhos e a participação da empresa com responsabilidade socioambiental perante a comunidade.

A certificação de responsabilidade social corporativa seria outro indicador de responsabilidade social que, segundo Tenório (2006, p.42):

é questão recente no Brasil e no mundo. No exterior, algumas normas, como a Social Accountability 8000 (AS 8000), a Occupational Health and Safety BS 8800 (BS 8800) e a AccountiAbility AA1000 (AA1000), surgiram visando padronizar um conjunto mínimo de indicadores referentes aos aspectos éticos e de reponsabilidade social na condução dos negócios. A norma BS 8000 aborda questões referentes às condições de segurança e saúde dos trabalhadores. A norma AS 8000, foi desenvolvida com base nos preceitos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e concentra-se no respeito aos direitos humanos e trabalhistas. Já a norma AA 1000 (2000) procura avaliar e analisar as relações existentes entre empresa e comunidade.

Estes indicadores surgem como alternativas, às empresas, para demonstrarem seu envolvimento e preocupação com as questões sociais. A associação entre as empresas costuma ser uma prática, ao somarem seus interesses e o comprometimento com os princípios da responsabilidade social. Segundo Tenório (2006, p.42) “assim, as empresas associadas se comprometem a

seguir um código de conduta que visa normatizar as ações empresariais entre os agentes sociais.”

Sendo assim, algumas entidades têm criado selos de certificação social. No combate a exploração do trabalho infantil a Abrinq seria um exemplo. O instituto Ethos procura disseminar a prática da responsabilidade social corporativa e tem desenvolvido metodologias próprias de avaliação das ações sociais feitas pelas organizações. E Tenório (2006, p. 43) menciona que:

A avaliação consiste na aplicação de questionário que é modelo único aplicável a todas as empresas e composto por conjunto de indicadores qualitativos e quantitativos que abordam sete dimensões da responsabilidade social corporativa: valores e transparência, público interno, meio ambiente, fornecedores, consumidores, comunidade, governo e sociedade.

Esses indicadores servem como ferramentas práticas e demonstrativas para análise da responsabilidade social das empresas aplicadas às suas comunidades e colaboradores envolvidos. E servem também como forma de se observar os parâmetros éticos e de valores sociais estabelecidos e padronizados pelas empresas, identificando o grau de adesão da administração a esses princípios. Princípios demandados pela sociedade pós-industrial.

Em consonância com a utilidade dos indicadores sociais, Félix (2009, p. 17) cita que:

Para facilitar a gestão e operacionalização, nas últimas décadas foram propostos procedimentos, acordos, termos, roteiros e indicadores de responsabilidade social às empresas: Agenda 21; Indicadores Ethos de Responsabilidade Social; Metas do Milênio; Pacto Global; Balanço Social e Governança Corporativa são caminhos concretos e delimitados que podem ser percorridos pelas empresas. Todos estes documentos ou propostas possuem pontos convergentes ao Tripé da Sustentabilidade, o qual leva em conta a gestão atenta aos aspectos sociais, econômicos e ambientais da atividade.

Dentre os indicadores conhecidos e alguns citados acima, os indicadores de responsabilidade social sugeridos pelo instituto Ethos possuem grande relevância por se tratar de um instituto renomado e com grande atuação na área

socioambiental. O instituto Ethos reforça a necessidade de se haver um relacionamento entre a empresa, funcionários e a comunidade com base em ideais de desenvolvimento sustentável. Levando em consideração, principalmente, que este seja nutrido com as intenções voltadas para a manutenção do Tripé da Sustentabilidade, visando melhorias e reconhecimento para os envolvidos nessa relação.

Os indicadores Ethos de Responsabilidade Social servem de parâmetro na relação de empresas com a comunidade, empregados e todos envolvidos. Segundo Félix (2009, p. 17) “a busca é pelo planejamento, implantação, monitoramento e avaliação das práticas empresariais, no que diz respeito à Responsabilidade Social e ao Desenvolvimento Sustentável.” É importante que haja uma avaliação periódica das relações da empresa e que esta avaliação tenha base em parâmetros técnicos aceitáveis e estabelecidos por agentes da sociedade envolvidos e preocupados em uma boa gestão socioambiental do meio. Neste contexto Félix (2009, p. 17) afirma que a garantia do sucesso na gestão dos indicadores na empresa, se dará através de auditorias periódicas nas diversas áreas feitas por um comitê gestor.

Segundo Félix (2009, p. 17) estes indicadores estão organizados em sete temas básicos, que possuem subtemas. São estes: primeiro (valores, transparência e governança), segundo (público interno), terceiro (meio ambiente), quarto (fornecedores), quinto (consumidores e clientes), sexto (comunidade) e sétimo (governo e sociedade). Sendo que cada um destes eixos temáticos possuem seus próprios indicadores.¹

¹ A leitura mais detalhada dos Indicadores Ethos de Responsabilidade Social encontra-se no site: <www.ethos.org.br>.

Ainda em relação à existência dos indicadores socioambientais, Félix (2009, p. 33) afirma que:

Muitos são os indicadores de gestão socioresponsável já instituídos globalmente. Todos eles possuem diretrizes coincidentes quando analisadas de forma transversal: lembram a urgência na melhor gestão que inclui os aspectos ambientais e sociais; propõem um novo olhar sobre os ganhos econômicos; reforçam a importância dos valores e princípios éticos empresariais; comprovam a necessidade da relação ganha x ganha nas transações com fornecedores, consumidores, comunidade e acionistas.

Os indicadores socioambientais, ao serem utilizados, em uma boa gestão, permitem a melhora da imagem da empresa e traz ganhos reais para todos os envolvidos. Torna a empresa mais visível e seus produtos ou ofertas mais atrativos. Além de nortear os rumos da gestão segundo os ideais de sustentabilidade, não comprometendo a possibilidade de desenvolvimento das futuras gerações.

3 EDUCAÇÃO AMBIENTAL

É indispensável para nossa sociedade, que haja relações que valorizem a ética e a moral, principalmente ao se tratar das questões socioambientais. Torna-se fundamental estabelecer critérios que envolvam uma preocupação com a preservação de nosso meio, permitindo a manutenção da qualidade de vida para as presentes e futuras gerações. Esta preocupação deve comparecer na consciência e prática dos cidadãos. Neste contexto Alexandre Manduca e outros, em artigo, citam que “mais do que nunca, faz-se necessária uma ética que atinja a humanidade no seu cotidiano, ou seja, na sua casa, no seu hábitat.” (MANDUCA; AIDAR; CARVALHO, 2006, p. 27.).

Cabem a todos o direito e dever de zelar pelo nosso meio, preservando fauna, flora e valorizando o ser humano no intuito de estabelecer uma relação digna, com valores morais, éticos e socioambientais entre os membros da sociedade.

Segundo Manduca, Aidar e Carvalho (2006, p. 28):

A ética é extremamente necessária para regular e manter a vida humana em harmoniosa convivência. A ética se faz necessária porque os seres humanos não vivem isolados; e os seres humanos convivem não por escolha, mas por sua constituição vital. Há necessidade de ética porque há o outro ser humano. Mas o outro, para a ética, não é apenas o outro imediato, próximo, com quem convivemos, ou com quem casualmente nos deparamos. O outro está presente também no futuro (temporalidade) e está presente em qualquer lugar, mesmo que distante (espacialidade)..

A partir da necessidade de convivência em comunidades, uma das práticas que contribui com a manutenção do meio é a da utilização da Educação Ambiental para a conscientização dos diversos atores da sociedade como forma de difundir a ideia de preservação e harmonia socioambiental. Genebaldo Freire Dias (1998, p. 27) cita que:

O CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente – definiu a EA como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que

levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

A educação ambiental já faz parte do currículo de algumas disciplinas lecionadas nas escolas brasileiras. Tendo em vista ser mais objetivo trabalhar a conscientização em indivíduos ainda em fase de amadurecimento, podendo gerar assim, adultos mais conscientes e envolvidos com a questão ambiental. O avanço desta ferramenta ocorre num momento que se tem a perda de qualidade atmosférica e ambiental, de modo geral, como consequência dos avanços tecnológicos e da produção na sociedade moderna. A educação ambiental é muito útil e aceita em vários ramos de nossa sociedade, principalmente no meio acadêmico. Porém alguns empresários e industriais, ainda apresentam certa resistência em promover ideias e práticas socioambientais. Ainda enxergam o modelo tradicional de “desenvolvimento” como principal ou único caminho a ser seguido. A esse respeito Demajorovic (2003, p. 34) diz o seguinte:

Para muitos defensores da atual forma de progresso econômico, as tragédias ou os problemas mencionados são fatalidades ou “acidentes de percurso” do processo necessário de desenvolvimento industrial. No entanto, parece cada vez mais evidente que o canto da sereia, representado pelo trinômio produtividade-progresso-riqueza, não agrada mais a todas as audiências. O agravamento dos problemas ambientais está ligado a escolhas com respeito à forma de aplicar o conhecimento técnico-científico no processo produtivo. Portanto, as catástrofes e os danos ao meio ambiente não são surpresas ou acontecimentos inesperados, e sim consequências inerentes da modernidade, que mostram, acima de tudo, a incapacidade do conhecimento construído no século XX de controlar os efeitos gerados pelo desenvolvimento industrial.

A relação predominante de produção da sociedade com o meio é extremamente impactante e pode gerar consideráveis alterações no mesmo. Como forma de evitar maior perda de qualidade de vida, se faz necessário a preservação do meio, através de medidas mitigadoras dos impactos e práticas como a educação ambiental, além de outras. Assim, a responsabilidade socioambiental se torna mais uma ferramenta a ser implantada, estudada e analisada. O cidadão pode contribuir com sua parte para a preservação das relações socioambientais adequadas.

Demajorovic (2003, p. 35) diz que as relações que a sociedade produtora atual tem tido com o meio têm gerado sérias alterações e nós temos nos mostrado incapazes de controlar esses impactos danosos.

O processo de difusão de ideias preservacionistas passa pelas ações de responsabilidade socioambiental podendo contemplar as diversas esferas de nossa sociedade. É importante uma visão voltada para as boas práticas e relações do homem/homem e homem/meio natural sendo cada vez mais urgente a busca pela prática desses ideais. O homem é parte de um todo onde está inserido e se torna responsável pelo mesmo.

As práticas socioambientais trazem amplos benefícios, inclusive aos empresários, que dependem também da permanência das condições ambientais atuais para seguirem em suas atividades produtivas. Reforçando essa ideia Dias (2006, p. 30) se refere à gestão ambiental como forma de se mitigar os impactos negativos e, tendo posto em prática alguns desses projetos, acredita que:

Ao implantar a gestão ambiental, reduz-se o passivo ambiental da instituição, ou seja, reduz-se o seu potencial de causar danos ao ambiente e de receber sanções ambientais (multas, encargos, e outros). Permite reduzir riscos e gastos, e ampliar a margem de lucros (interesse majoritário, na dura realidade, ainda). Ganha-se ainda com a melhoria da imagem institucional, dado ao alargamento das possibilidades de marketing e, conseqüentemente, valorização de suas ações (a bolsa de valores pauta-se muito pelos boatos e informações de desempenhos).

A sociedade agindo em conjunto através de ações mitigadoras de impactos e valorizando o conceito de responsabilidade socioambiental contribui para a manutenção do planeta em níveis adequados para uma boa qualidade de vida. Ou como Reinaldo Dias (2007, p. 23) se refere:

Na realidade, o que está em jogo, se forem mantidos os atuais padrões de consumo, é a própria existência da humanidade. E somente a compreensão desse fato por um contingente cada vez maior de pessoas permitirá a mudança das condutas individuais. O objetivo a médio e longo prazo é tornar todos os consumidores ecologicamente conscientes, ou seja, que o conceito de sustentabilidade esteja implícito quando se fizer uso da palavra consumo.

Essa é uma ação necessária e crescente que beneficia toda a sociedade, permitindo a perpetuação de nossa espécie e também uma convivência mais harmônica entre nós e outros seres e elementos que aqui estão.

A prática da Educação Ambiental em nossas relações é imprescindível para que consigamos atingir esses ideais de sustentabilidade.

4 ESTUDO DE CASO SOBRE PRÁTICAS SOCIOAMBIENTAIS EM CONDOMÍNIO HORIZONTAL NO VICENTE PIRES, RESULTADOS E ANÁLISES.

Para bem compreender os aspectos analisados em campo na localidade observada no Condomínio Floresta do Setor Habitacional Vicente Pires, este estudo identifica a partir de conteúdos e referências bibliográficas as tendências socioambientais nesta comunidade. No trabalho em campo, 116 questionários foram aplicados para analisar as tendências e práticas mais comuns entre os moradores, em relação às ações socioambientais. O questionário aborda sobre alguns dos principais temas socioambientais avaliados no meio acadêmico e social: coleta seletiva, reciclagem, reutilização e redução de resíduos sólidos, dentre outras questões que avaliam a qualificação do morador sobre o tema da responsabilidade socioambiental. A aplicação do questionário permite o levantamento dos dados necessários à análise do tema.

O condomínio analisado está situado no Setor Habitacional Vicente Pires que corresponde à RA XXXI do DF. Inicialmente a região do Vicente Pires fora designada como setor de chácaras e produção agrícola, abastecendo assim as residências da população do DF com hortaliças, frutas, verduras, legumes e diversos outros gêneros agrícolas. Ainda hoje há uma feira do produtor que atrai tanto a moradores locais, quanto de outras regiões administrativas. A feira se situa em um ponto de convergência de comércios, lazer e a administração do Vicente Pires.

Ao longo dos anos as antigas chácaras do local têm sido fracionadas e loteadas em condomínios horizontais e áreas residenciais coletivas, além de comércios, prédios de seis ou mais andares, dentre outros exemplos. O condomínio Floresta (chácara 44) possuía, inicialmente, pouco mais do que 100 lotes com cerca

de 800 metros quadrados cada, em sua maioria. O número de lotes e moradores cresceu ao longo dos anos, pois alguns proprietários têm dividido seus lotes e os vendem. É difícil precisar o número exato atual devido a não ter sido feito ainda este levantamento por parte da administração do condomínio.

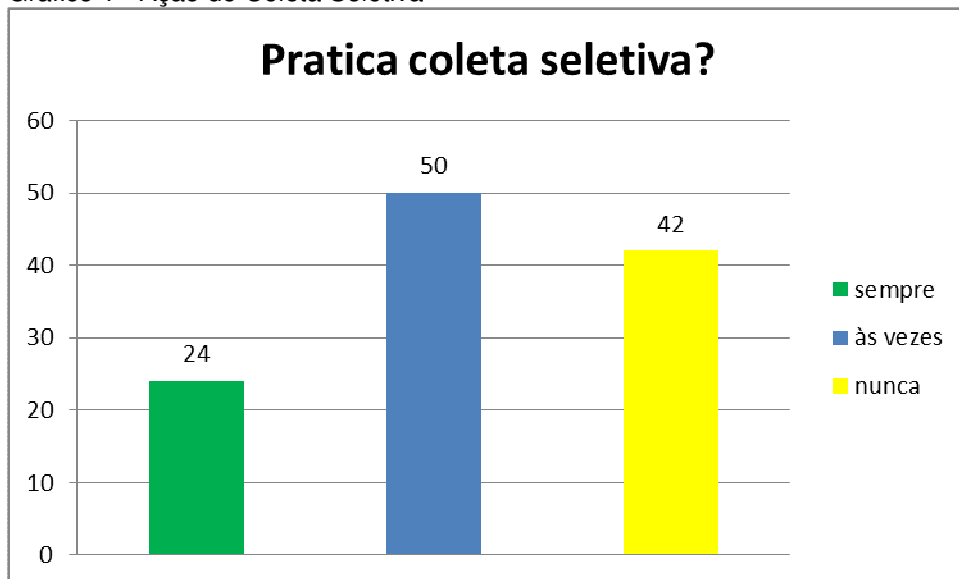
O condomínio Floresta é composto principalmente por grupos familiares (pai, mãe e filhos) e possui uma população majoritária de jovens e adultos.

A pesquisa no local é feita através do levantamento de dados e informações em entrevistas com os moradores de porta a porta, visitando todas as unidades, ao longo de aproximadamente dois meses no ano de 2014, coletando o relevante para este trabalho, naquelas onde os moradores estavam presentes. Ao todo foram 116 moradores e freqüentadores entrevistados, numa faixa etária predominante entre 20 e 65 anos de ambos os sexos.

O questionário foi composto por cinco questões principais e algumas secundárias. As questões estavam direcionadas a levantar informações sobre aspectos, práticas e consciência dos moradores em relação ao conceito e exercício de responsabilidade socioambiental. A pesquisa teve o propósito também de chamar a atenção desses moradores para a importância das ações de responsabilidade socioambiental em seu espaço individual e coletivo, de convívio diário e moradia. Enfim, espaço das relações humanas e ambientais mais próximas de cada um.

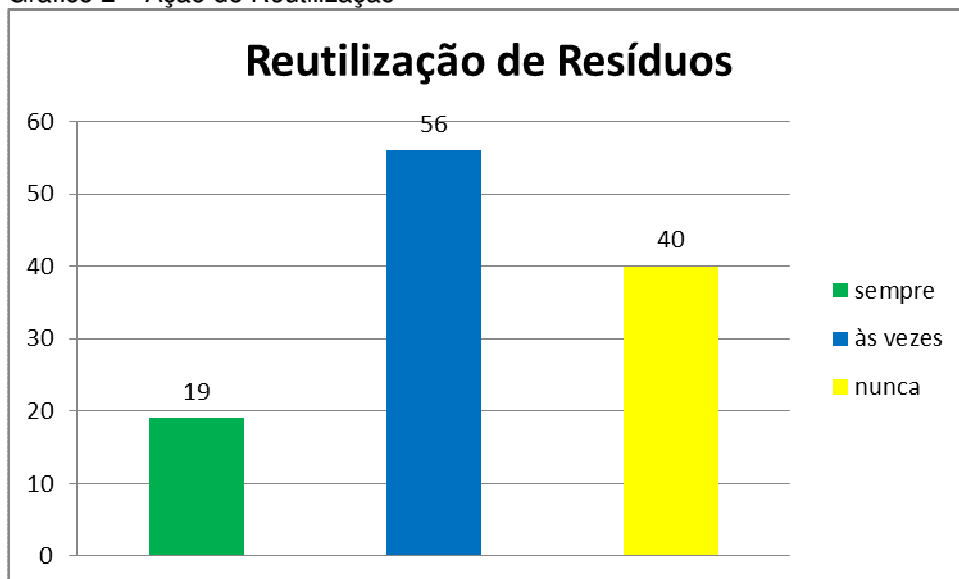
A primeira questão se refere a quais práticas ambientais o morador costuma ter. Quatro vertentes foram analisadas: coleta seletiva, reutilização, reciclagem e redução do desperdício. Seguem os respectivos gráficos abaixo.

Gráfico 1 - Ação de Coleta Seletiva



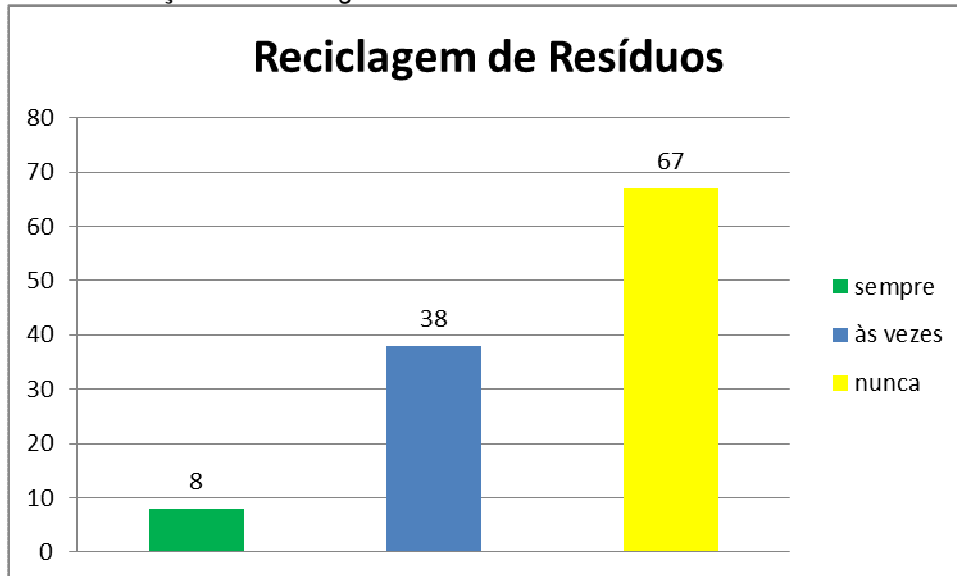
Fonte – Elaborado pelo autor do trabalho.

Gráfico 2 – Ação de Reutilização



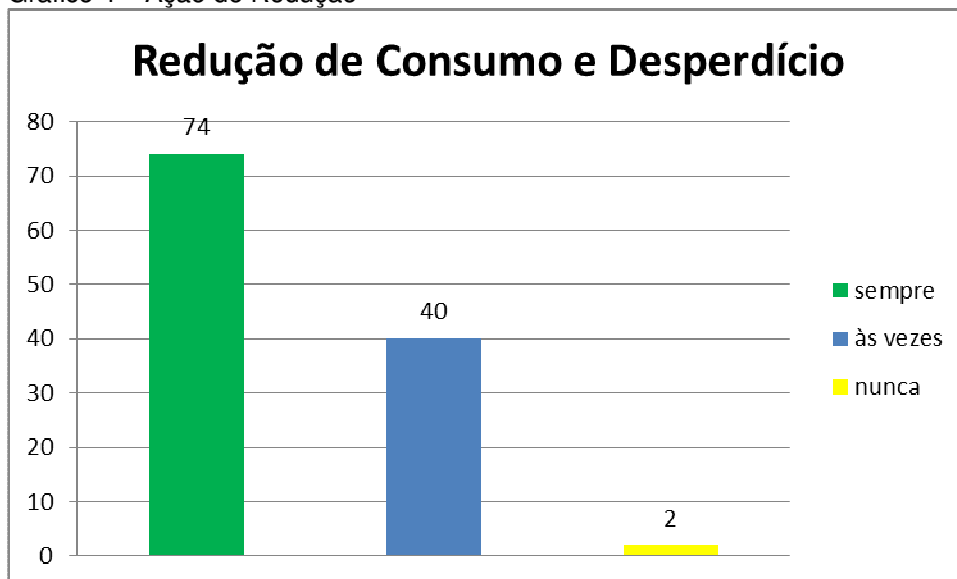
Fonte – Elaborado pelo autor do trabalho.

Gráfico 3 – Ação de Reciclagem



Fonte – Elaborado pelo autor do trabalho.

Gráfico 4 – Ação de Redução



Fonte – Elaborado pelo autor do trabalho.

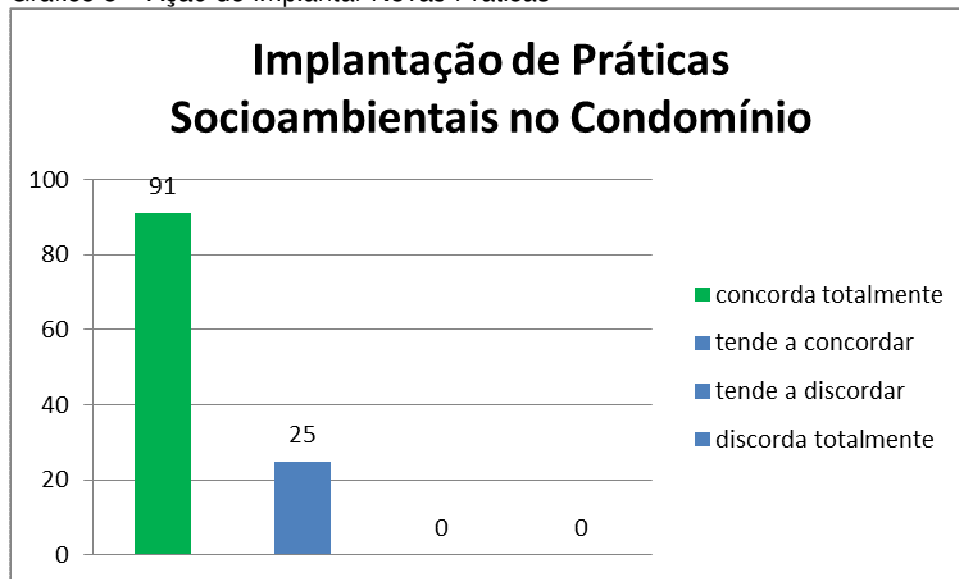
Na leitura dos gráficos se observa que aproximadamente um quinto dos moradores pratica coleta seletiva regularmente. Enquanto a maioria costuma vez ou outra separar os resíduos. Porém, um número considerável não faz a coleta de maneira seletiva. Em relação à reutilização dos resíduos, a análise não se difere muito da anterior. Sendo que a maioria pratica às vezes, a minoria regularmente e alguns nunca. Nesta análise de campo é perceptível que as ações individuais podem

interferir nas relações coletivas, em relação ao meio ambiente. Indo ao encontro de Bollman (2001, p. 15), já citado neste estudo, quando reforça sobre a ação antrópica sobre o meio ambiente, sendo esta uma relação complexa, originada por demandas individuais e coletivas. Além de ir ao encontro de Demajorovic (2003, p. 35), também já mencionado neste trabalho, quando diz que as relações que a sociedade produtora atual tem tido com o meio têm gerado sérias alterações e nós temos nos mostrado incapazes de controlar esses impactos danosos.

No gráfico sobre reciclagem há uma percepção diferente, já que a maioria de moradores nunca fez reciclagem de resíduos, 38 disseram que às vezes e apenas 8 admitiram fazer regularmente. E no gráfico sobre redução de consumo e desperdício, a maioria dos moradores disse fazer algum tipo de redução. Apenas dois nunca praticaram e 40 admitiram que reduzem às vezes. O impacto dos resíduos sólidos no condomínio se torna preocupante a partir da leitura desses dados, pois se percebe que os moradores não tem hábito ou orientação necessária para lidar com a destinação dos resíduos sólidos de forma correta. Isso vai ao encontro das considerações de Félix (2009, p. 3), já citada neste estudo, quando diz que “o crescimento urbano desordenado provoca crise dos sistemas sociais, pressiona os ecossistemas e encarece a gestão governamental, inviabilizando cada vez mais as possibilidades de recuperação e preservação ambientais.”

A seguir o gráfico correspondente ao interesse pela implantação de práticas socioambientais no condomínio:

Gráfico 5 – Ação de Implantar Novas Práticas

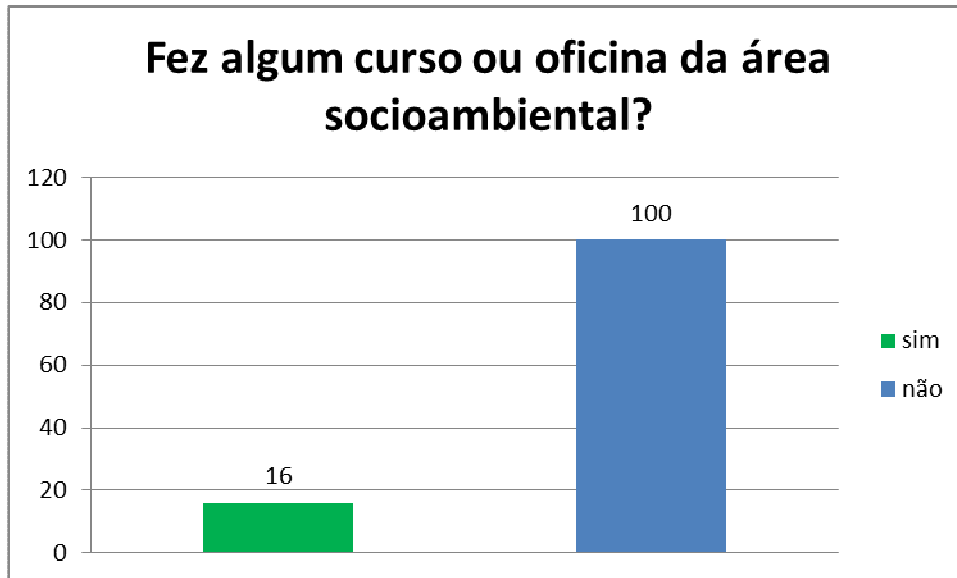


Fonte – Elaborado pelo autor do trabalho.

Os dados acima demonstram que os moradores e frequentadores do condomínio são favoráveis a implantação de práticas socioambientais. 91 concordam totalmente e 25 tendem a concordar. Não houve nenhum morador contrário ou que tendesse a ser contrário a esta ideia. Os dados estão afinados com as ideias de Manduca, Aidar e Carvalho (2006, p. 27), citados anteriormente neste trabalho, ao dizerem que “mais do que nunca, faz-se necessária uma ética que atinja a humanidade no seu cotidiano, ou seja, na sua casa, no seu hábitat.” O morador, como consumidor, demonstra aí o interesse por se adequar e buscar hábitos mais sustentáveis, aceitando a inclusão de práticas socioambientais à sua rotina. Isso faz coro com as idéias de Tachizawa e Andrade (2008, p. 1), já citado neste trabalho, quando se referem como este sendo um “consumidor verde e ecologicamente correto”. Também vai ao encontro de Dias (2006, p. 30), citado anteriormente neste trabalho, quando se refere à gestão ambiental como forma de se mitigar os impactos negativos e, tendo em prática alguns desses projetos, acredita que: “ao implantar a gestão ambiental, reduz-se o passivo ambiental da instituição.”

Houve também uma coleta de dados a respeito da qualificação na área socioambiental dos moradores, questionando se haviam feito algum curso ou oficina na área. Segue abaixo:

Gráfico 6 – Cursos e Oficinas



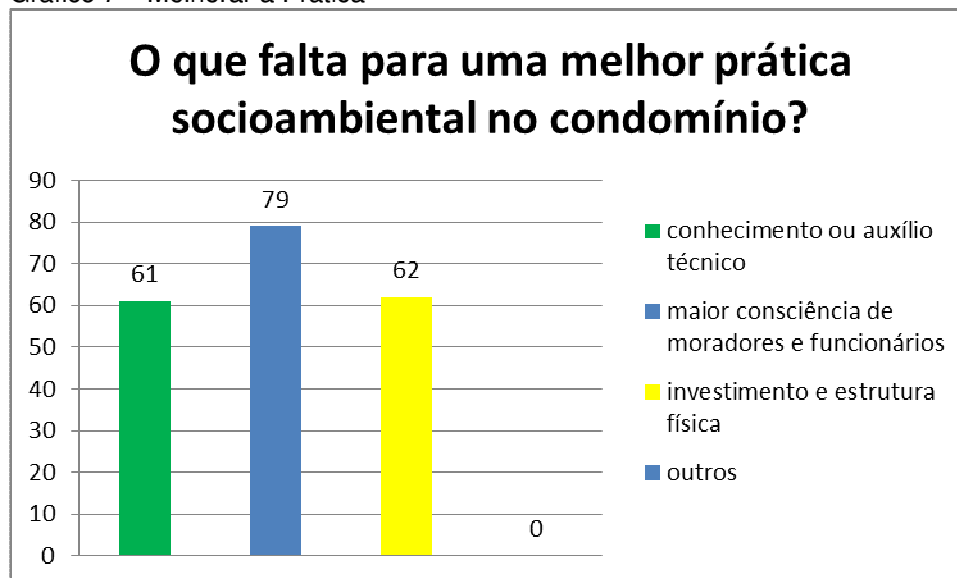
Fonte – Elaborado pelo autor do trabalho.

Neste quesito, uma minoria de moradores havia feito algum tipo de curso ou oficina voltado para área socioambiental, apenas 16. Isso reflete algo que é percebido na sociedade brasileira de modo geral. Ainda se tem muito a investir na qualificação e orientação da população quanto aos assuntos e interesses socioambientais. Apesar de ser uma tendência já, desde as menores idades, tanto em escolas quanto em diversas redes e grupos sociais. Isso faz coro com as ideias de Genebaldo Freire Dias (1998, p. 27), já citado anteriormente neste trabalho, quando menciona que o CONAMA definiu a EA como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais, e de atividades que levem à participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental. Não se pode fugir da responsabilidade do condomínio, como empresa, de buscar orientar e informar melhor o morador,

partindo assim da ideia de que as empresas devem atuar com responsabilidade socioambiental. Essa ideia reitera o pensamento de Saraiva (2002 apud DUARTE; TORRES, 2005 p. 25), já mencionado anteriormente neste trabalho, quando diz que a responsabilidade social está para as empresas de maneira que estas assumem o compromisso de negar a concepção individualista e lucro como únicos fins da empresa.

Foi questionado também aos moradores sobre o que acham que falta para melhorar as práticas socioambientais no condomínio. Quatro opções foram dadas: se acreditavam que faltava conhecimento ou auxílio técnico, maior consciência de moradores e funcionários, investimento e estrutura física, ou outros. Nesta questão o morador poderia fazer mais de uma marcação, caso achasse interessante, ao todo foram 202 marcações entre os 116 moradores entrevistados. Observe a seguir:

Gráfico 7 – Melhorar a Prática



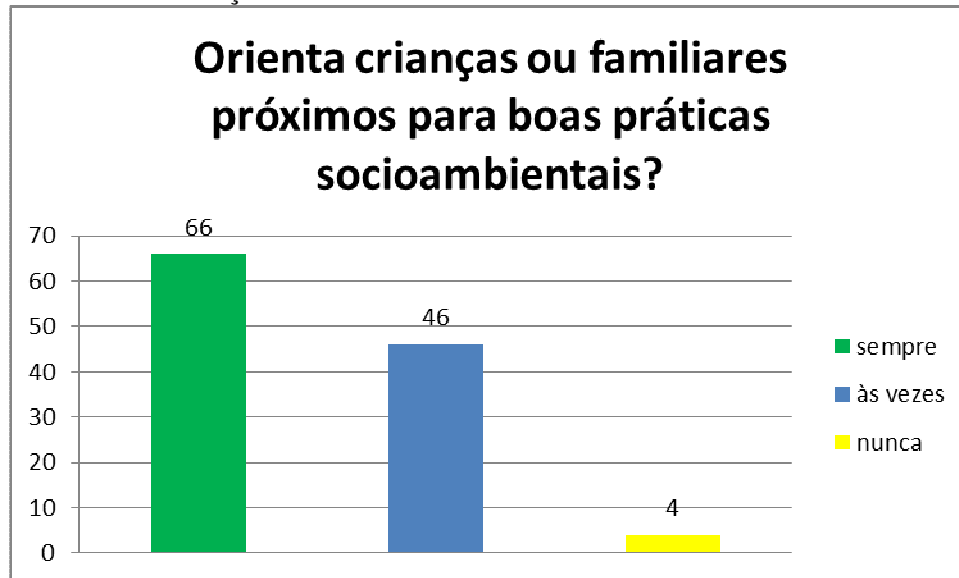
Fonte – Elaborado pelo autor do trabalho.

A opção mais marcada foi a de que falta maior consciência de moradores e funcionários, 79. Sobre a falta de conhecimento ou auxílio técnico, 61 marcações foram feitas. E 62 marcações para a falta de investimento e estrutura física. Isso corrobora a perspectiva de Santos (2005, p. 65), já mencionado neste trabalho,

quando diz que “a formação de opinião pública sobre determinado tema favorece a definição mais precisa de qual é o interesse público em jogo e quais são as possibilidades em termos de tomada de decisão e definições políticas.” E também reitera o pensamento de Grajew (1999 apud DUARTE; TORRES, 2005 p. 23) que acredita que responsabilidade social trata-se de uma relação ética, de uma “relação socialmente responsável da empresa em todas as suas ações, em todas as suas políticas, em todas as suas práticas, em todas as suas relações”, sejam com um foco externo ou interno. Enfim estas foram as opções mais marcadas das quais os moradores acreditam ser motivos para se melhorar as práticas socioambientais no condomínio. Observa-se que não houve outra marcação sugerida além das citadas. O morador se apresenta conhecedor de que falta mais consciência e conhecimento por parte do mesmo, o que faz crer também que este morador se demonstra aberto a essa visão e tendência sustentável, porém ainda encontra tais limitações. Isso corrobora a perspectiva de Tenório (2006 p. 37), já mencionado neste trabalho, que afirma que há essa “crescente demanda, por parte da sociedade, de informações a respeito dos impactos que as atividades empresariais exercem sobre os trabalhadores, a sociedade, a comunidade e o meio ambiente.” Neste caso as atividades empresariais podem ser entendidas como atividades condominiais e coletivas.

A última questão feita aos moradores foi se estes têm o costume de orientar as crianças ou familiares próximos para boas práticas socioambientais. Segue abaixo o gráfico:

Gráfico 8 - Orientação



Fonte – Elaborado pelo autor do trabalho.

Segundo as informações coletadas, 66 moradores sempre costumam fazer este tipo de orientação, 46 às vezes e apenas 4 admitiram nunca haverem feito este tipo de orientação para as crianças ou familiares próximos. Por estes dados, percebe-se que a maioria dos moradores costuma orientar crianças e familiares. O que é um dado positivo, pois através da conscientização das crianças pode-se almejar um futuro com práticas mais viáveis para nossa sociedade. Isso vai ao encontro de Dias (2007, p. 23), já citado neste trabalho, quando diz que “na realidade, o que está em jogo, se forem mantidos os atuais padrões de consumo, é a própria existência da humanidade. E somente a compreensão desse fato por um contingente cada vez maior de pessoas permitirá a mudança das condutas individuais.”

No que diz respeito à realidade socioambiental do condomínio, o que se observa é que os moradores apresentaram uma tendência a seguir as orientações ou explicações socioambientais difundidas em nossa sociedade. Assim também como as práticas observadas e analisadas. Na chácara 44 algumas tentativas já

foram implantadas, porém outras ainda são necessárias. Muitos moradores agem individualmente ou em seu grupo familiar, contribuindo com uma parte, para as ações socioambientais neste espaço de vivência. As relações estabelecidas neste condomínio podem e costumam gerar influência em moradores e frequentadores de outros condomínios ou áreas residenciais do Setor Habitacional Vicente Pires.

A partir da pesquisa e questionário desenvolvido se pôde analisar o padrão de conhecimento dos moradores sobre o tema de responsabilidade socioambiental. Avaliando a necessidade de maior busca por aprimoramento deste conhecimento e consciência.

Ainda analisando a realidade do contexto socioambiental no condomínio através de ações listadas ao longo do trabalho que demonstram uma boa vontade por parte de alguns moradores e também deixa explícita a necessidade de um aprimoramento dessas ações e a busca por outras mais. Existe acesso à água tratada da Caesb e também fazem o uso de água subterrânea. A água subterrânea é distribuída para os moradores em horário controlado e limitado, duas vezes ao dia. Essa já compreende parte da listagem de ações socioambientais praticadas no condomínio. Outra ação foi a pavimentação de algumas ruas utilizando bloquetes permeáveis, facilitando a absorção da água da chuva e dando um visual mais sustentável e harmônico para a comunidade. Além de trazer melhor infraestrutura para os moradores. Hoje as crianças já costumam transformar essas ruas como espaço para jogarem futebol e outras brincadeiras, o que não acontecia antes.

Os indicadores de responsabilidade socioambiental, observados neste estudo, estavam alinhados com as citações e pensamentos dos autores analisados e citados no presente trabalho. Isso contribuiu para as análises mais aproximadas e acertadas.

Enfim os objetivos do trabalho puderam ser confrontados junto ao estudo de caso, consolidando assim as primeiras expectativas.

CONCLUSÃO

O estudo permitiu compreender que nas áreas residenciais no DF existem moradores que podem contribuir com seus conhecimentos, práticas e experiências pessoais para o processo de conscientização sobre responsabilidade socioambiental, inclusive no local de morada. Cada morador traz uma bagagem e consciência diferenciadas, podendo colaborar menos ou mais para esta boa prática. Alguns moradores possuem conhecimento acadêmico em relação a isso, porém são principalmente suas experiências e história pessoais que mais costumam contribuir de maneira coletiva para o espaço de vivência. O conhecimento acadêmico nem sempre prevalece em relação às experiências e costumes pessoais.

No condomínio estudado foram analisadas as características dos moradores em relação à questão de responsabilidade socioambiental. Observa-se que os moradores têm algum tipo de conhecimento prévio e que alguns já buscam ou pretendem um maior entendimento sobre o tema.

O condomínio em si, possui algumas práticas sustentáveis como coleta seletiva, apesar de nem todos os moradores respeitarem. Além de uma gestão da água controlada.

Os indicadores de responsabilidade socioambiental analisados neste estudo reforçam a ideia de que o condomínio, como empresa, tem sua responsabilidade nas relações com a comunidade e deve estar atualizado com as tendências socioambientais da sociedade. O trabalho poderá ser aproveitado para leitura e orientação dos gestores e também para os moradores e frequentadores, possibilitando assim uma melhor relação com o meio, por parte de todos os envolvidos. Sendo também, uma pretensão do autor, contribuir com este trabalho

acadêmico visando a melhoria de ações de responsabilidade socioambiental para a referida comunidade.

Conclui-se neste trabalho que há a necessidade de se atingir maior informação, conscientização e preparação ou conhecimento técnico para os gestores e moradores do condomínio. A fim de propiciar uma melhor ação direta e indireta de responsabilidade socioambiental neste espaço residencial. Muitos moradores não têm a noção de que podem iniciar estas ações a partir de seu próprio lote ou residência.

Encontra-se uma dificuldade em apresentar ou discursar sobre esses assuntos devido a uma falta de conhecimento ou de consciência por uma parte considerável de moradores. Apesar disso, a maioria dos moradores se mostra disposta a aprender ou a adequarem suas práticas para uma visão mais consciente e com maior responsabilidade socioambiental.

A experiência neste estudo de caso assume importância significativa, pois tem como ambiente de pesquisa o próprio espaço residencial dos envolvidos. Este tipo de estudo pode gerar uma continuidade analisando-se outros endereços em outras regiões administrativas do DF ou na mesma. Podendo permitir a comparação dos resultados e também servir de modelo de estudo ou pesquisa para serem desenvolvidas formas mitigadoras de impactos socioambientais. Finalmente os dados podem ser utilizados para iniciativas de implantação de práticas de educação e responsabilidade socioambiental em locais de morada.

REFERÊNCIAS

- BOLLMANN, H. A. Metodologia para avaliação ambiental integrada. In: MAIA, N. B.; MARTOS, H. L.; BARRELA, W. (Org.). **Indicadores ambientais: conceitos e aplicações**. São Paulo: EDUC/COMPED/INEP, 2001.
- DEMAJOROVIC, J. **Sociedade de risco e responsabilidade socioambiental: perspectivas para a educação corporativa**. São Paulo: Senac, 2003.
- DIAS, G. F. **Educação ambiental: princípios e práticas**. 5ª ed. São Paulo: Global, 1998.
- DIAS, R. **Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade**. São Paulo: Atlas, 2006.
- DIAS, R. **Marketing ambiental: ética, responsabilidade social e competitividade nos negócios** / Reinaldo Dias. São Paulo: Atlas, 2007.
- DUARTE, C. O. S.; TORRES, J. Q. R. Responsabilidade Social Empresarial: Dimensões Históricas e Conceituais. In: INSTITUTO ETHOS DE EMPRESAS E RESPONSABILIDADE SOCIAL. **Responsabilidade Social das Empresas: A contribuição das universidades**. Volume 4. São Paulo: Peirópolis: Instituto Ethos, 2005, 431p.
- FELIX, J. A. B. A nova organização. In: FELIX, J. A. B.; BORDA, G. Z. (Org.). **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2009.
- FELIX, J. A. B. Comunicação e movimento ambiental. In: FELIX, J. A. B.; BORDA, G. Z. (Org.). **Gestão da comunicação e responsabilidade socioambiental: uma nova visão de marketing e comunicação para o desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Atlas, 2009.
- MANDUCA, A.; AIDAR, D. C.; CARVALHO, J. M. Ética do meio ambiente. In: TRASFERETTI, J. (Org.) **Ética e responsabilidade social**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.
- SANTOS, A. D. (Org.). **Metodologias participativas: caminhos para o fortalecimento de espaços públicos socioambientais** / IEB – Instituto Internacional de Educação do Brasil. São Paulo: Peirópolis, 2005.
- TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. Gestão ambiental e responsabilidade social. In: TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
- TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. Princípios de gestão socioambiental. In: TACHIZAWA, T.; ANDRADE, R. O. B. **Gestão socioambiental: estratégias na nova era da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

TENÓRIO, F. G. Indicadores de responsabilidade social corporativa. In: TENÓRIO, F. G. (Org.). **Responsabilidade social empresarial**: teoria e prática. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO EM PESQUISA DE CAMPO

Dados:

Idade _____ Sexo () Masc () Fem

1 – Quais práticas ambientais costuma fazer?

Coleta seletiva : () sempre () as vezes () nunca

Reutilização de água e/ou outros: () sempre () as vezes () nunca

Reciclagem: () sempre () as vezes () nunca

Redução de desperdício de água, energia, outros: () sempre () as vezes () nunca

2 – O que acha da implantação de práticas socioambientais no condomínio?

() concordo totalmente () tendo a concordar () tendo a discordar () discordo totalmente

3 – Já fez alguma oficina ou curso voltado para a área socioambiental?

() sim: quantos e quais? _____ () não

4 – Em sua opinião o que falta para uma melhor prática socioambiental no condomínio?

() conhecimento ou auxílio técnico () maior consciência de moradores e funcionários

() investimento e estrutura física () outro, citar: _____

5 – Você costuma orientar as crianças ou familiares próximos para boas práticas socioambientais?

() sempre () as vezes () nunca